

POAP - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas

Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas de Portugal continental de âmbito nacional: PNPG - Parque Nacional da Peneda-Gerês; PNAI - Parque Natural do Alvão; PNArr - PN da Arrábida; PNDI - PN do Douro Internacional; PNLN - PN do Litoral Norte; PNM - PN de Montesinho; PNRF - PN da Ria Formosa; PNSE - PN da Serra da Estrela; PNSSM - PN da Serra de São Mamede; PNSAC - PN das Serras de Aire e Candeeiros; PNSC - PN de Sintra-Cascais; PNSACV - PN do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; PNTI - PN do Tejo Internacional; PNVG - PN do Vale do Guadiana; RNB - Reserva Natural das Berlengas; RNDSJ - RN das Dunas de São Jacinto; RNES - RN do Estuário do Sado; RNET - RN do Estuário do Tejo; RNLSAS - RN das Lagoas de Santo André e da Sancha; RNPA - RN do Paul de Arzila; RNPB - RN do Paul do Boquilobo; RNSCMVRSa - RN do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; RNSM - RN da Serra da Malcata; PPAFCC - Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; PPSA - PP da Serra do Açor.

As Áreas Protegidas de âmbito nacional têm as seguintes tipologias: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural e Paisagem Protegida. Todas as Áreas Protegidas de âmbito nacional dispõem de Plano de Ordenamento, os POAP Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas.

Os POAP estabelecem a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir em cada uma das áreas protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), sujeitas a processo de planeamento, através do estabelecimento de regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e do regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território, o que se traduz em diferentes regimes de protecção e respectivo zonamento (Usos e atividades a interditar, a condicionar e a promover, por regime de protecção), bem como num conjunto de Áreas de Intervenção Específica (AIE). Os POAP em vigor são vinculativos para as Entidades Públicas e ainda para os privados.

As 25 Áreas Protegidas (AP) com POAP em vigor são:

- 1 Parque Nacional
- 13 Parques Naturais
- 9 Reservas Naturais
- 2 Paisagens Protegidas

O conjunto de 25 AP de âmbito nacional com POAP abrange uma área total que corresponde a 7,6% do território de Portugal continental, sendo que desde 2008 todas as AP ficaram dotadas de POAP.

Em Portugal continental, os **Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas**, são os seguintes:

DESIGNAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ÁREA PROTEGIDA	APROVAÇÃO RETIFICAÇÃO REVISÃO
1 - PNPG Parque Nacional da Peneda-Gerês	<ul style="list-style-type: none">• Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro;• Declaração de Rectificação n.º 10-A/2011, de 5 de abril• A RCM n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente publicado pela RCM n.º 134/95, de 11 novembro.• Documentos

2 - PNM Parque Natural de Montesinho	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro • Documentos
3 - PNLN Parque Natural do Litoral Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, de 24 de novembro • Documentos
4 - PNAI Parque Natural do Alvão	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2008, de 7 de abril • Documentos
5 - PNDI Parque Natural do Douro Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 29 de julho • Documentos
6 - PNSE Parque Natural da Serra da Estrela	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro • A RCM n.º 83/2009, de 9 de setembro, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente publicado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de julho. • Documentos
7 - PN TI Parque Natural do Tejo Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro • Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro - altera a RCM n.º 176/2008. • Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014, de 2014-03-10 - segunda alteração à RCM n.º 176/2008. • Documentos referentes ao Plano de Ordenamento do PN TI; • Documentos referentes ao Plano de Valorização do PN TI;
8 - PNSAC Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de agosto • A RCM n.º 57/2010, de 12 de agosto, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente aprovado pela Portaria n.º 21/88, de 12 de janeiro. • Documentos
9 - PNSSM Parque Natural da Serra de São Mamede	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2005, de 21 de março • Documentos
10 - PNSC Parque Natural de Sintra-Cascais	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro • A RCM n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de março. • Documentos
11 - PNAr Parque Natural da Arrábida	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto • Anteriormente à publicação da RCM n.º 141/2005, de 23 de agosto, existia um Regulamento para esta área protegida, publicado pela Portaria n.º 26-F/80, de 9 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 51/87, de 22 de janeiro. • Documentos
12 - PNSACV - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro • Declaração de Rectificação n.º 10-B/2011, de 5 de abril • A RCM n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/99, de 15 de junho. • Documentos
13 - PNVG - Parque Natural do Vale do Guadiana	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2004, de 10 de novembro • Documentos
14 - PNRF Parque Natural da Ria Formosa	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009, de 2 de setembro • A RCM n.º 78/2009, de 2 de setembro, constitui a revisão deste plano de ordenamento, inicialmente publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/91, de 24 de janeiro. • Documentos
15 - RNSDJ - Reserva Natural das Dunas de São Jacinto	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 21 de março • Documentos
16 - RNSM Reserva Natural da Serra da Malcata	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março • Documentos
17 - RNPA - Reserva Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho

do Paul de Arzila	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos
18 - RNB Reserva Natural das Berlengas	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008, de 24 de novembro • Documentos
19 - RNPB Reserva Natural do Paul do Boquilobo	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2008, de 19 de março • Declaração de Rectificação n.º 28/2008, de 16 de maio • Documentos
20 - RNET Reserva Natural do Estuário do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro • Documentos
21 - RNES Reserva Natural do Estuário do Sado	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de novembro • Documentos
22 - RNLSAS Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007, de 23 de agosto • Declaração de Rectificação n.º 90/2007, de 16 outubro (consiste na publicação das plantas da RNLSAS) • Documentos
23 - RNLCMVRSA Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2008, de 24 de novembro • Anteriormente à publicação da RCM n.º 141/2005, de 23 de agosto, existia um Regulamento para esta área protegida, publicado pela Portaria n.º 337/78, de 4 de junho, alterada pela Portaria n.º 490/90, de 30 de junho. • Documentos
24 - PPSA Paisagem Protegida da Serra do Açor	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008, de 24 de novembro • Documentos
25 - PPAFCC Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2008, de 24 de novembro • Documentos

Dando resposta ao determinado pela Lei de Bases da Política Pública de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), alterada pela **Lei. nº 74/2017, de 16 de agosto**, o conteúdo relevante dos POAP em vigor deve ser transposto para os PDM até 13 julho 2020.

A necessidade de garantir, para além da convergência de soluções ao nível nacional, a total harmonização e coerência ao nível da transposição de conteúdos de um POAP para um conjunto de PDM, determinou que o ICNF, no âmbito das suas competências e atribuições, desenvolvesse uma **Metodologia** relativa à transposição de conteúdos dos POAP para os PDM. De realçar que este documento constitui a base dos exercícios que estão em desenvolvimento no ICNF, ao nível da identificação dos conteúdos e normas dos 25 POAP em vigor relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares, relativas à ocupação, uso e transformação do solo, com incidência territorial urbanística, da esfera de competências municipal, a integrar os PDM.

A recondução dos 25 POAP em vigor a Programas de Ordenamento de Áreas Protegidas é uma obrigação que decorre da **Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio**, do **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**, e do **Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNE) - Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro**.

Documentação:

- [Metodologia - Transposição dos POAP para PDM](#) [PDF 497 KB];
- [Anexo 1 da Metodologia](#) [PDF 274 KB];
- [Estudos de Base para a elaboração de três programas especiais relativos aos Parques Naturais do Vale do Guadiana, da Serra de S. Mamede e do Douro Internacional;](#)
- [Avaliação dos Planos de Ordenamento dos Parques Naturais Sintra-Cascais e da Arrábida](#)

[Topo](#)

U.A.: 2018-11-07